

Os simplificadores abusivos * e o conflito do Oriente Médio

Franklin Goldgrub

O retrato de Israel feito pelos historiadores revisionistas, locução doravante referida pelas iniciais RH ("revisionismo histórico"), ultrapassa quase sempre o âmbito da análise crítica e ingressa no terreno da calúnia pura e simples. Tudo na posição desses satanizadores do sionismo é passível de contestação, começando pela descrição do movimento sionista, passando pelas críticas dirigidas à suposta índole discriminatória das suas leis e concluindo com a respectiva visão do conflito árabe-israelense.

A concepção do RH a respeito do sionismo repousa sobretudo em juízos de valor, tributários de uma posição ideológica professada por certos setores da esquerda que, coincidência ou não, assemelha-se muito ao ideário do Bund. Esse movimento político, criado no final do século XIX por judeus socialistas da Europa Oriental, antagonizava o sionismo na mesma medida em que defendia a participação organizada dos trabalhadores judeus na luta pela transformação da sociedade europeia. O Bund entendia que regimes progressistas guiados pelo ideal socialista eliminariam as tensões sociais, erradicando assim as precondições do anti-semitismo. Como era praxe nos movimentos revolucionários e reformistas da época, o nacionalismo era considerado uma expressão ideológica das classes dominantes, inerentemente belicoso, e nessa medida um anacronismo a ser superado pela solidariedade entre os povos.

A análise do nacionalismo judeu feita pelo RH é surpreendentemente precária por não levar em conta que o sionismo se caracteriza, acima de tudo, como movimento popular destinado à emancipação de uma minoria (definida em termos mais culturais do que étnicos) não só discriminada mas freqüentemente perseguida e massacrada. Em relação à divisão da esquerda judaica, entre socialistas não sionistas e socialistas sionistas, o surpreendente é que, contra todas as previsões, os visionários ganharam a aposta. Tanto na União Soviética como nos países do leste europeu o anti-semitismo não só continuou a existir como fez uma contribuição à vasta nomenclatura da discriminação, o eufemismo "cosmopolitismo burguês".

O RH passa por alto essa questão na medida em que ela perturba seu esquema apriorístico, tributário do maniqueísmo ideológico e das ilusões iluministas. Às últimas se poderia atribuir sem ressalvas o epíteto do anacronismo. O RH não compreendeu bem o significado da famosa frase de Sartre: se o judeu não existisse, o anti-semita o inventaria. O anti-semitismo inventou de fato o judeu como sinônimo de pária e lhe deu a função de válvula de escape para regular a pressão da caldeira social. A esse papel no imaginário da cultura ocidental nenhum projeto de assimilação ou integração faz frente, como o destino da comunidade judaica europeia no século XX demonstra à perfeição. O lugar dado ao judeu pelo nazismo e o eco que teve

nos países ocupados não constitui um acidente; é o corolário lógico de um processo que remonta à idade média.

O sionismo, enquanto expressão do nacionalismo judeu, não é excludente. Pelo contrário, representa a reação dos excluídos e incorpora o ideal do respeito ao outro. Em nenhum país árabe ou muçulmano o homem comum goza de cidadania. Em Israel, o estatuto do cidadão árabe é idêntico ao do cidadão judeu. Os árabes votam, organizam-se em partidos políticos e têm representantes na Knesset. Há apenas duas diferenças, não discriminatórias. O estado não incentiva a imigração de árabes, assim como não incentiva a imigração de pessoas de qualquer outra nacionalidade ou etnia, apenas de judeus (incluindo pessoas casadas com judeus e seus descendentes, além de grupos e comunidades que se convertem ou retornam ao judaísmo). Além disso, os cidadãos árabes de Israel não servem o exército, por razões óbvias. Com relação às outras minorias, drusos e beduínos, essa última restrição não se aplica. Todos os países do mundo possuem políticas de imigração. A Itália, a Espanha e a Alemanha concedem cidadania aos descendentes de nacionais que emigraram e o respectivo direito de retorno ao país. Não constitui racismo estipular uma política semelhante com referência a judeus que desejem emigrar para Israel, ainda mais levando em consideração os séculos de discriminação e perseguição.

Por outro lado, Israel participa dos intercâmbios internacionais sem restrições, como acontece com qualquer país - ou qualquer país não ditatorial. É comum encontrar estudantes não judeus que passam as férias em kibutzim, ajudando na colheita e participando da vida cultural, ou viajando pelo país, fazendo turismo, incorporando-se a trabalhos arqueológicos, etc. O país está inserido na vasta rede de cooperação acadêmica e de pesquisa nas mais diversas áreas, tendo feito contribuições importantes à agricultura, medicina, dessalinização de água, cooperativismo, computação e outros. Existe uma minoria religiosa fanática, fechada, o que não constitui novidade; em qualquer religião ou país é possível encontrar grupos semelhantes. A minoria religiosa mencionada não afeta a legislação israelense, que como todo país democrático reconhece a liberdade de culto e pensamento.

Como muitas questões de alto teor emocional, o conflito do Oriente Médio coloca obstáculos imensos à objetividade. A isenção constitui a única atitude válida para um debate dessa natureza, por difícil que seja alcançá-la. Não obstante, e apesar do desagrado que opiniões diferentes costumam suscitar, a argumentação é preferível à exaltação de ânimos, sobretudo quando se considera que a meta legítima de todo debate é a ampliação do conhecimento. Diálogo, porém, não é sinônimo de acomodação, falsa anuência, concessões simpáticas ou ecletismo. Pode-se respeitar as opiniões dos historiadores revisionistas e daqueles que se pautam pela mesma perspectiva, bem como seu direito a expressá-las, e discordar delas.

Antes de entrar no mérito da questão, é preciso assinalar que o presente debate coloca em pauta uma questão cuja importância não poderia ser negligenciada. Trata-se da pergunta referente a como se diferenciam e/ou se articulam a crítica a Israel e o anti-sionismo. Em seguida, é preciso transpor a mesma interrogação para a relação entre 'anti-sionismo' e 'anti-semitismo'. Obviamente, nem toda crítica a Israel é anti-sionista, mas muitas podem sê-lo. Já com referência ao elo entre anti-sionismo e anti-semitismo, a correlação é bem mais alta. A não aceitação da existência do estado judeu está fortemente vinculada à não aceitação da existência do judeu enquanto judeu.

Não somente o RH não aprendeu nada com o Holocausto, mas parece ter *esquecido* a situação dos judeus na Rússia Czarista, na União Soviética (inclusive a condenação dos médicos judeus acusados de envenenar Stalin), a execução sumária de judeus no Iraque e no Irã a pretexto de espionagem, a expulsão de 750 mil judeus do Islam na década de 50, e um longo etc. Com relação ao último exemplo, pode-se alegar que a hostilidade árabe se deve à fundação de Israel. O argumento, porém, fracassa em justificar as medidas mencionadas bem como as prisões, assassinatos e confisco de bens que a acompanharam. Em acréscimo, cabe lembrar que muito antes da fundação de Israel o estatuto dos judeus nas sociedades muçulmanas era o de *dhimmis*, ou seja, cidadãos de segunda classe. Jamais, nem em relação à Alemanha nazista nem durante os pogroms da Rússia Tzarista ou em qualquer outro caso houve alguma mobilização internacional sistemática e eficaz; no máximo, debéis protestos e apelos à boa vontade dos algozes. Passando à contemporaneidade, o governo de Chirac custou a admitir que os incêndios de sinagogas e escolas judaicas bem como agressões a rabinos e alunos judeus do ensino público não eram simples atos de vandalismo e violência comum. A mudança de atitude dos ministros franceses refletiu, em grande parte, o impacto das denúncias israelenses.

A questão da origem étnica daquele(s) que professa(m) idéias como as defendidas pelo RH em relação a Israel é de somenos importância. Há muitas outras pessoas, judeus e não judeus, cujas atitudes são muito diferentes ou totalmente opostas. Assim como oficiais do exército israelense se negam a servir na margem ocidental por considerar que se trata de uma agressão injustificada ao povo palestino, outros (em número incomparavelmente maior) aceitam arriscar suas vidas nessa tarefa porque acreditam que é a melhor maneira de proteger Israel dos atentados terroristas que mataram mais de mil pessoas nos últimos três anos e feriram e mutilaram um número ainda maior. A imprensa tem focalizado apenas o primeiro grupo.

Os adversários de Israel e do sionismo freqüentemente usam argumentos proferidos por israelenses e/ou judeus com o comentário implícito de que "se até mesmo" eles fazem tal ou qual crítica, então a mesma é indubitavelmente verdadeira. Entretanto, trata-se de uma falácia tão evidente que dispensa demonstração. Talvez alguns defensores de Israel compartilhem a idéia de que críticas a Israel feitas por israelenses e/ou judeus tenham algo de especial, daí

sua indignação. Tal atitude não passa de um erro que ironicamente respalda os críticos. Qualquer idéia vale o que vale em virtude do seu teor, não da sua procedência. Se é tão difícil encontrar palestinos que critiquem a ditadura de Arafat ou pessoas de origem árabe que critiquem as ditaduras do Oriente Médio o motivo não é o caráter imaculado das mesmas, mas o medo.

Do ponto de vista teórico, defender a idéia de que o estado judeu deixe de sê-lo equivale a defender o princípio de que todo judeu deve assimilar-se. Do ponto de vista prático, e se levarmos em conta tudo o que foi dito e feito pelo anti-semitismo europeu clássico e pelo anti-sionismo/anti-semitismo islâmico atual, as implicações da eliminação do caráter judeu do Estado de Israel são bem mais graves.

Assim como muitos judeus reagiram ao anti-semitismo propondo a assimilação, por entender que a responsabilidade pelo anti-semitismo era dos próprios judeus, teimosamente aferrados à sua *diferença*, o RH propõe que Israel enquanto estado judeu desapareça porque atualmente constitui a principal causa do anti-semitismo.

Não faltará quem considere o RH como uma posição caracterizada por críticas destinadas especificamente às ações do governo Sharon. Contudo, como todos os primeiros ministros e membros da Knesset, anteriores e atuais, Sharon foi eleito (por uma grande diferença de votos, aliás). Em acréscimo, a esquerda sionista não somente participou como foi a principal força política responsável pela criação do Estado de Israel. Segundo o RH, Israel constitui um estado nacionalista e expansionista fundado na identidade étnica e trafega ostensivamente na contramão do admirável mundo novo multicultural. Portanto, e de acordo com a nova tese do pecado original, tendo nascido judeu o Estado de Israel não poderia senão chegar onde chegou, isto é, no beco sem saída de um execrável nacionalismo.

O RH freqüentemente afirma que os Estados Unidos são um fantoche manipulado por Israel. A idéia não é muito original; assemelha-se à declaração feita pelo ex-premier da Malásia na última cúpula de estados islâmicos. Para Mahathir Mohamed, os judeus regem o mundo por procuração. Tampouco Mahathir foi tão criativo assim, já que muito antes dele observadores argutos haviam denunciado o pérfido projeto judeu de dominação. Um lugar de destaque entre os pioneiros deve ser concedido aos autores de "Os Protocolos dos Sábios de Sião", líbello escrito no final do século XIX pelo departamento literário da Okhrana, a polícia secreta do regime czarista.

O RH também se caracteriza pela tese da "equivalência moral": Sharon seria o similar israelense de Arafat. Repetida como uma litania, essa comparação, próxima à equiparação entre Israel e nazismo, outra peça muito popular no repertório da multicultural orquestra anti-sionista, formada por virtuosos destros e canhotos, é acrescida, quando se trata de Sharon, do epíteto "carrasco de

Sabra e Chatila". Que o massacre nesses campos de refugiados palestinos do Líbano tenha sido cometido por Elie Hobeika, líder da Falange, milícia libanesa cristã, em represália pelo assassinato do então primeiro ministro libanês, o cristão Bachir Gemayel, não perturba absolutamente os detratores de Sharon. Estes tampouco se incomodam com o fato de que Sharon, então ministro de defesa, foi julgado em Israel, não pelo massacre, que não ordenou, mas por ter deixado de prever que Hobeika seria capaz de perpetrá-lo. A milícia cristã foi autorizada a entrar na região controlada por tropas israelenses para capturar o comando palestino responsável pelo assassinato de Gemayel. Preferiu simplificar a tarefa matando não só os responsáveis mas também centenas de civis. Essa ação dantesca, aliás, se insere sem sobressaltos na lógica da guerra civil libanesa, onde atos semelhantes foram praticados por ambas as facções, a muçulmana e a cristã, anos a fio. Dos cem mil mortos estimados da citada guerra civil apenas uma pequena porcentagem corresponde a combatentes. Na época, Sharon foi destituído, julgado e condenado a dez anos de ostracismo político, mas no Líbano as coisas se passaram de maneira muito diferente. Hobeika foi nomeado ministro em duas ocasiões e eleito deputado em outras duas.

Quem quiser ver na incriminação de Sharon e na absolvição de Hobeika o *pendant* contemporâneo da condenação dos judeus pela crucificação de Cristo e a correspondente saída dos romanos pela porta dos fundos da história não poderá ser acusado de delírio. A satanização de Sharon, incessantemente promovida, vale-se freqüentemente de argumentos e ilustrações[1] que evocam as acusações pelo deicídio, talvez a mais antiga fonte de ódio anti-semita.

O RH também afirma que os palestinos estão atualmente encurralados em enclaves incomunicáveis entre si, impedidos de criar o seu estado. Não menciona, porém, a razão dessa situação, ou seja, o terrorismo, que tem impelido o exército israelense a bloquear freqüentemente as cidades palestinas onde os terroristas mantêm suas bases com a total anuência de Arafat. O RH também omite as propostas israelenses feitas em Camp David (julho e dezembro de 2000) e Taba (2001), que restituíam à Autoridade Palestina primeiramente 92% e depois 97% da margem ocidental, bem como a soberania compartilhada sobre Jerusalém. O então primeiro ministro Barak propôs igualmente a devida compensação pelas regiões da margem ocidental a serem incorporadas a Israel por razões de segurança, cedendo ao futuro Estado Palestino territórios israelenses contíguos a Gaza.

O RH comete o erro crasso de não levar em conta as notáveis peculiaridades que resultaram na fundação do Estado de Israel, processo sem paralelo na história. O país simplesmente não existia, deveria ser habitado e construído em condições particularmente difíceis, além de ainda ter que reivindicar o reconhecimento internacional. Os judeus que se radicaram na Palestina tiveram a tarefa colossal de erguer o país do zero. Para isso foi necessário nada menos do que ressuscitar uma língua morta, o hebraico, que como o latim sobrevivia penosamente na liturgia. Os imigrantes precisaram transformar

radicalmente o seu perfil profissional, abandonando profissões centradas em atividades intelectuais, artesanais, empresariais e comerciais para dedicar-se à agricultura e à construção. A proletarização de uma população que durante gerações havia exercido ofícios urbanos foi uma verdadeira epopéia, possibilitada unicamente pela crença de que o anti-semitismo na Europa era irrevogável. Suplementarmente, tornou-se imprescindível adquirir habilidades de defesa para proteger-se dos saques empreendidos pela população local, atizada pelos "effendis", proprietários que vendiam terras inférteis a preços extorsivos e posteriormente, quando devidamente recuperadas pelos judeus, procuravam reavê-las através de ameaças, intimidação e ataques.

Doenças como malária e tracoma eram comuns. As terras em sua maior parte eram pedregosas, pantanosas ou arenosas. Ao contrário dos outros países, em que tudo já estava pronto, só faltava a soberania, foi necessário lutar contra uma topografia inóspita. No século XIX, a região que foi chamada pelos romanos de Palestina encontrava-se em situação deplorável. Em termos do processo que levou à independência de Israel, o Império Britânico foi desalojado pela luta armada, opção decorrente da patente preferência dos ingleses pelos interesses das lideranças árabes hostis ao sionismo.

Ao contrário das conquistas efetuadas pelas nações coloniais européias, empreendidas pelos respectivos exércitos, os imigrantes judeus entraram em contato com as armas pela primeira vez para proteger-se de matanças e saqueios. O movimento de povoação da então Palestina não teve um caráter militar, muito pelo contrário. A leitura do romance programático *Altneuland* (Velha Nova Pátria) (1902), de Hertzl, expõe o ideário do movimento sionista. O livro comprova que o fundador do sionismo idealizou um país com características semelhantes às preconizadas pelo RH, um verdadeiro estado bi-nacional cujo modelo era a Suíça, fundado sobre a aliança entre árabes e judeus, os primeiros contribuindo com seu conhecimento da região, os segundos trazendo a bagagem tecnológica e cultural da experiência européia. E de fato, levando em conta a ideologia socialista professada pela maioria dos imigrantes, intimamente associada à diretriz da proletarização, seria inteiramente incongruente que a relação com o povo árabe se definisse com base na concepção colonialista.

Cabe lembrar ainda que a população local na época das primeiras ondas migratórias (final do século XIX, início do século XX), ou seja, durante o domínio otomano, era calculada em 600 mil pessoas e habitava alguns bolsões de fertilidade numa região fundamentalmente árida e pantanosa. O crescimento da população árabe se deveu em grande medida ao processo de migração de regiões vizinhas que hoje corresponderiam à Síria, ao Líbano e à Jordânia. Essa afluência à região ocorreu em função do processo de desenvolvimento econômico desencadeado pelos judeus. *Sugerir, mesmo indiretamente, que o povoamento da então Palestina se deu de maneira análoga a, por exemplo, a colonização da América, ou seja, através da expulsão, do confinamento e da*

dizimação da população nativa, é pura falta de conhecimento... ou algo pior: má fé.

Com relação aos refugiados, é preciso lembrar que o conflito de 1948 foi provocado pelos países árabes e que o abandono da Palestina por parcela da população árabe ocorreu primeiramente em função da própria situação de guerra e secundariamente como temor de uma possível represália por parte dos vencedores. Sem dúvida houve atos de injustiça por parte dos judeus, mas eles devem ser julgados dentro do respectivo contexto. A derrota não teria tido outra consequência para os judeus senão um novo genocídio. A captura dos povoamentos judaicos pelos exércitos invasores era seguido invariavelmente de roubo, violações, execuções e mutilação de cadáveres. O temor que levou muitos árabes da Palestina a fugir não se deveu, em sua maior parte, a qualquer ameaça dos judeus, mas foi a consequência lógica da mentalidade que rege até os dias de hoje o Oriente Médio. O massacre e a expulsão dos palestinos da Jordânia pelo rei Hussein, a guerra civil libanesa, o conflito entre Egito e Iêmen, a matança dos habitantes de Hama por Hafez Assad e o morticínio entre iraquianos e iranianos são testemunhos eloqüentes.

Em 1948, levando em conta que o grito de guerra dos exércitos invasores era "vamos jogar os judeus no mar", não surpreende o temor de que os israelenses fossem vingar-se. Uma análise imparcial dos acontecimentos mostra que em poucos casos a população árabe foi desalojada. Deir Yassin é uma mancha para Israel, mas é preciso acrescentar que se trata de uma exceção, enquanto a matança enquanto prática sistemática, desde os massacres de Hebron (1929) até os atuais atentados terroristas, constitui a regra na atitude das milícias e dos exércitos árabes. (E não somente em relação aos judeus; veja-se os conflitos internos do mundo muçulmano). Os descendentes dos árabes israelenses que não fugiram constituem hoje um quinto da população do país. Caso a sorte das armas fosse diferente, os judeus remanescentes seriam tão numerosos e tão respeitados como os do Iraque de Saddam, os do Irã dos aiatolás, os da Síria de Assad ou os do Egito de Nasser.

Tampouco é correta a afirmação de que os primeiros imigrantes judeus tenham hostilizado a população árabe da então Palestina. A relação entre as duas populações se expressou através de uma vasta gama de atitudes que incluiu a cooperação, a competição (a mão de obra árabe era mais barata, o que ocasionou conflitos), e o confronto armado (decorrente dos ataques às primeiras fazendas coletivas). Por outro lado, o choque cultural desempenhou um papel não desprezível. A condição da mulher entre os judeus, por exemplo, irritou e atemorizou o conservadorismo da cultura local.

A mesma situação de cooperação e conflito ocorreu durante a presença israelense na margem ocidental após 1967. Assim como aconteceu em decorrência da construção do *ishuv* (comunidade) nas primeiras décadas do século XX, o nível de vida da população local melhorou consideravelmente. Israel ampliou a rede de distribuição de eletricidade e água, extremamente

precária sob as administrações jordaniana e egípcia, até praticamente estender tais benefícios à totalidade da população. Grande parte da mão de obra e do comércio palestino descobriu seu principal mercado em Israel, situação que continua vigente, mesmo no âmbito de uma beligerância considerável. A renda *per capita* da população palestina entre 1967 e 1990 se aproximou e depois superou a da dos vizinhos Egito, Síria, Líbano e Jordânia. Esse não foi um dos menores motivos para que a Liga Árabe se mobilizasse no sentido de que a OLP fosse autorizada a instalar-se na margem ocidental, com a correspondente criação da Autoridade Palestina. Muito longe de visar a construção de um estado palestino, a finalidade desse gesto foi bloquear o processo de cooperação econômica entre israelenses e palestinos, sumamente perigoso para a estabilidade das ditaduras árabe/muçulmanas do Oriente Médio.

A relação entre israelenses e palestinos é muito diferente da descrita pelo RH. Os palestinos, como os outros povos árabes, são oprimidos pelos seus próprios governos, tão autocráticos como corruptos. Não é necessário lembrar que a renda do petróleo, em países como Arábia Saudita, o Iraque de Saddam, o Irã e os Emiratos do Golfo, é canalizada para gastos suntuosos, orçamentos militares e financiamento do terrorismo. As classes dominantes das sociedades quase feudais do Oriente Médio não concebem seus povos como a fonte de onde emana seu poder. Muito pelo contrário. O estatuto do povo é praticamente equivalente ao do pária na antiga sociedade hindu.

Afirmar que Israel é responsável pelo sofrimento do povo palestino constitui uma distorção colossal. Afirmar que Israel ocupa militarmente os territórios palestinos constitui outra distorção colossal. A realidade patente, não enxergada apenas por aqueles que querem impor uma camisa de força ideológica a situações sócio-econômicas peculiares, é que a margem ocidental e Gaza são controladas atualmente pela Síria e pelo Irã, que substituíram a ocupação jordaniana e egípcia, em vigor até 1967. A situação conta com o beneplácito dos outros regimes árabes. O processo é semelhante à perda de soberania do Líbano para a Síria e o Irã, em virtude do que é forçado a admitir o Hezbollah em seu território. As ditaduras do Oriente Médio financiam e dirigem milícias independentes da própria Autoridade Palestina, que aceita o *status quo* de bom grado. Afinal, Arafat deve seu poder à Liga Árabe. O intuito das ditaduras do Oriente Médio é impedir o desenvolvimento da integração regional que bem poderia levar a uma federação similar aos primórdios do mercado comum europeu, entre Israel, Palestina e Jordânia.

O empenho das ditaduras do Oriente Médio em destruir uma sociedade cuja simples existência as desafia também se exerce mediante a pressão econômica. Os regimes autocráticos não prestam contas à sua população e portanto não precisam investir em desenvolvimento econômico e obras sociais. Com isso, conseguem aumentar as chances de perpetuar-se, pois mantém suas populações no analfabetismo e na ignorância, que facilitam a instalação

de preconceitos e a instigação à violência. Em consequência, Israel é obrigado a manter um elevado nível de gastos com sua defesa.

A razão pela qual o projeto do estado bi-nacional vislumbrado por Hertzl deixou de realizar-se não é outra senão a posição assumida pelas lideranças árabes que temiam, com bons motivos, que a convivência pacífica ocasionasse uma mudança radical em suas sociedades. O choque cultural era inevitável e se configurou, para a classe dominante árabe, como uma ameaça. Esse continua sendo o motivo da beligerância atual. As ditaduras árabes fomentam o terrorismo palestino para impedir a construção de uma cooperação econômica inerentemente subversiva em relação à estrutura das sociedades que dominam com mão de ferro.

É lamentável que a esquerda ocidental respalde com um silêncio hipócrita, motivado pelo ódio aos EUA e a Israel, ("o inimigo do meu inimigo é meu amigo"), a prisão, a tortura e o assassinato de militantes de partidos socialistas e comunistas no Egito, na Síria, no Irã, na Líbia, na Arábia Saudita, etc., bem como a negação dos direitos humanos ao povo árabe.

Uma solução próxima à postulada pelo RH fracassou em 1948, resultando na guerra, que do ponto de vista das elites árabes visava a extermínio dos intrusos. Na medida em que se percebeu a impossibilidade de uma federação árabe-judaica, a solução foi dividir o país em função da presença majoritária de cada uma das etnias em tal ou qual cidade ou região. O poder militar inglês, encarregado de mediar entre as comunidades hostis, equivalente à força internacional que segundo o RH deveria garantir a convivência pacífica entre árabes e judeus no seu estado bi-nacional, fracassou em desempenhar essa tarefa. Não se entende porque o mesmo projeto teria sucesso agora, depois de meio século de lutas cruentas.

Se o sionismo nunca deixou de existir na modalidade nostálgica, só ganhou força como movimento de emancipação nacional em virtude da crescente e incessante discriminação e perseguição dos judeus. Trata-se de uma situação sem paralelo no que se refere aos outros povos europeus, com exceção talvez dos armênios e ciganos, embora nesse último caso em grau menor. As enormes expectativas alimentadas pelos judeus com a emergência da modernidade, caracterizada pela separação entre estado e religião (Código Napoleônico de 1804), não se realizaram. O caso Dreyfus foi a estrada de Damasco de Theodor Hertzl. Frustradas as esperanças de igualdade, o movimento sionista ganha força com essa decepção, amplamente consensual no final do século XIX, acelera-se na iminência do Holocausto e se exacerba com a constatação das suas consequências.

O argumento de que os judeus teriam degenerado em xenófobos chega a ser cômico, quando se leva em conta a necessidade de reafirmar uma identidade vilipendiada durante séculos a fio. Algo semelhante aconteceu com os negros

norte-americanos. Recuperar a auto-estima e o orgulho não significa agredir o diferente. O RH é absolutamente refratário aos dados mais elementares de um problema que sobreviveu a cruciais modificações sócio-econômicas, o preconceito anti-semita. Que outro povo aderiria a um gesto tão desesperado como foi a empresa sionista a não ser aquele a quem a experiência dos *pogroms* e do holocausto houvesse convencido de que não havia outra *alternativa*? De que maneira senão através da valorização da sua história e da sua identidade poderia ter sido construído o novo país?

Esse é um ponto particularmente importante da discussão. O RH faz uma confusão notável entre identidade nacional e xenofobia. Quando apresenta o multiculturalismo como tendência dominante do mundo contemporâneo, esquece que italianos, franceses, alemães e ingleses não abdicaram de sua identidade nacional em consequência da integração econômica e política dos respectivos países à União Européia. Pelo contrário, a identidade nacional é precondição dessa integração. A identidade nacional não é sinônimo de exclusão de outras etnias assim como a identidade pessoal não exclui mas pelo contrário possibilita a convivência social.

Há que considerar ainda que a partir de Constantino jamais os cristãos foram, enquanto cristãos, objeto de discriminação e perseguições eventualmente conducentes ao extermínio. Algo muito diferente aconteceu com os judeus. O cristianismo não tem a menor necessidade de proteger seus fiéis através de um estado (embora, mesmo assim, via Vaticano, os católicos reafirmem simbolicamente a conjunção entre poder espiritual e poder temporal).. Em toda a Europa, independentemente da imigração proveniente do Magreb e da África Negra, a fé dominante é a cristã. Para o cristianismo, a perseguição religiosa ou étnica não se afigura como perspectiva possível. Em relação ao judaísmo, pelo contrário, a história demonstrou a necessidade de criar uma nação para garantir a continuidade não apenas nem principalmente da respectiva religião mas sobretudo da sobrevivência física do povo judeu e das suas manifestações culturais.

O argumento do nacionalismo excludente e discriminatório é uma peça chave na argumentação do RH. É dessa maneira que pretende responsabilizar Israel pela situação de beligerância prevalecente no Oriente Médio, omitindo totalmente a história do conflito e apresentando a presença de Israel na margem ocidental do Jordão como consequência de um movimento expansionista.

A crítica ao empenho de Israel em subsistir como estado judeu é muito semelhante à crítica dos anti-semitas aos judeus e chega a provocar total perplexidade em relação à capacidade de análise dos historiadores revisionistas. Quem definiu os judeus pela etnia e pela religião foram precisamente seus perseguidores e exterminadores. O próprio Hertzl, advogado e jornalista, provinha de uma família não religiosa, perfeitamente integrada à cultura da sociedade austro-húngara, mesmo caso de Freud e de

uma parcela considerável dos judeus europeus, em processo acelerado de assimilação quando o nacional-socialismo iniciou sua ascensão ao poder. Similarmente, quem excluiu Israel e obrigou o país a lutar pela sobrevivência foram os governos árabes que desde 1948 (e mesmo antes) rejeitam a presença judaica e reafirmam sem pausa o objetivo de exterminar os judeus. Em relação às sociedades árabe/muçulmanas, a *Jihad* tem a mesma função que a Inquisição e o anti-semitismo desempenharam na Europa. Constitui uma válvula de escape destinada a aliviar as fortes pressões decorrentes da gritante injustiça prevalecente nessas sociedades.

Mutatis mutandis, e ressalvadas as devidas proporções, pode-se dizer algo semelhante da situação atual na França. A impossibilidade de integração dos imigrantes muçulmanos na sociedade francesa gera uma hostilidade que é direcionada preferencialmente para os judeus, com a omissão cúmplice das autoridades francesas, agora em vias de questionamento.

A presença de Israel na margem ocidental se deve a que a Jordânia se uniu ao Egito e à Síria na Guerra dos Seis Dias, apesar dos apelos israelenses de que se mantivesse neutra. A devolução do Sinai ao Egito (Camp David, 1978), mostra que a estratégia "terra por paz" é perfeitamente exequível, desde que haja um interlocutor confiável. Foi o que Barak tentou fazer em Camp David e Taba, sem sucesso. As particularidades de cada situação obrigam a acordos específicos, mas está mais do que demonstrada a preferência do povo israelense por soluções pacíficas. Portanto, imputar a ausência de acordo com os palestinos à intransigência de Sharon é totalmente absurdo... mesmo porque os trabalhistas (Barak) perderam a eleição para o Likud (Sharon) em virtude da negativa de Arafat em aceitar suas propostas em Camp David e Taba, optando pelo terrorismo. Ao contrário do que comumente se afirma, foi um governo de centro-direita (chefiado por Begin) que celebrou a paz com o Egito em 1978. E quem comandou o desmantelamento de Yamit, assentamento israelense no Sinai, foi o próprio Sharon. Aliás, é consenso em Israel que o centro e a direita têm tido mais êxito do que a esquerda na celebração de acordos porque negocia(m) melhor.

Mas isso ainda é pouco diante dos comentários de que a barreira atualmente em construção equivale ao muro de Berlim. A barreira está sendo construída não para proteger um regime mas o próprio povo israelense, que em sua grande maioria apoiou a decisão. A menos que o RH disponha de informações privilegiadas em sentido contrário, tudo leva a crer que Israel não está erigindo esse obstáculo para impedir que seus cidadãos busquem refúgio em Tulkarem, Ramallah, Jenin, Nablus e Jericó, quem sabe ávidos por gozar dos benefícios pelos quais os palestinos serão eternamente gratos a Yasser Arafat. Para quem se guia pelo talvez anacrônico critério do respeito às evidências, seria antes o contrário. A primeira função da barreira é dificultar a infiltração dos terroristas, mas suplementarmente ela se destina a impedir a imigração clandestina dos palestinos para as vilas árabes israelenses. Ou seja, a barreira tem a função exatamente oposta à do muro de Berlim. Além de interpretar os

fatos de uma maneira bastante peculiar, o RH tampouco leva em consideração certos dados cuja leitura é bastante simples. Se, como afirma, Israel oprime a minoria árabe, se suas leis são discriminatórias, se o tratamento é desumano, o que explicaria esse movimento migratório por parte dos palestinos? Masoquismo? E, afinal, porque a população árabe israelense não foge de uma situação tão dramática, como fizeram os judeus dos países árabes nas décadas de 50 e 60?

Em pleno processo de construção do país, com sérios problemas de infraestrutura, Israel absorveu quase um milhão de refugiados judeus provenientes do Magreb e do Oriente Médio. Esses refugiados se encontravam em estado de indigência pois suas posses haviam sido confiscadas pelos governos islâmicos. Apesar das duras condições de vida nos acampamentos provisórios, nenhum refugiado expressou o desejo de voltar para os países de origem, Iêmen, Iraque, Irã, Síria, Líbia, Tunísia, Egito e Marrocos. Que os refugiados palestinos reivindiquem o retorno a Israel obedece portanto a mais de um motivo, mas para o RH o sionismo também é responsável pelas condições de vida inumanas que prevalecem em seus campos.

Se algo não falta em muitos países árabes é dinheiro e espaço. Mesmo assim os palestinos que deixaram Israel em 1948 foram confinados em condições precárias. A ONU, através da sua agência de refugiados, tem-se responsabilizado por essas pessoas e seus descendentes. A razão pela qual os governos árabe/muçulmanos recusam-se a outorgar cidadania e melhorar as condições de vida dos descendentes dos refugiados palestinos não é a falta de recursos materiais. Sobram petrodólares em países cuja renda per capita é altíssima em função dos imensos lucros propiciados pelo petróleo. É patente que as ditaduras do Oriente Médio exploram o sofrimento dos refugiados palestinos para responsabilizar Israel. E os críticos ideológicos do sionismo acreditam (ou fingem?) que Israel é responsável por essa situação.

Adotando-se o critério da divisão "per capita" constata-se que nenhuma população do planeta recebeu mais ajuda material (recursos financeiros), nos últimos dez anos, do que os habitantes da margem ocidental do Jordão. As denúncias da malversação de fundos por parte da Autoridade Palestina já foram mais do que comprovadas por fontes insuspeitas, inclusive da União Européia. Sabe-se que Arafat tem uma imensa fortuna pessoal, que sua mulher vive em Paris com uma pensão digna da prodigalidade dos sultões das mil e uma noites, que o primeiro escalão da AP se beneficia de monopólios econômicos em setores estratégicos da economia como construção, distribuição de combustível, venda de veículos e cigarros. Mesmo conhecendo-se amplamente o grau de corrupção do regime e o desvio de verbas para financiar o terrorismo, Israel continua a ser responsabilizado pela penúria da população palestina.

Os assentamentos não têm qualquer relação, por remota que seja, com as causas dos problemas econômicos palestinos. No âmbito de um acordo de

paz, tudo pode acontecer. Não somente a evacuação, total ou parcial, dos assentamentos, como sua manutenção sob a soberania palestina. Os árabes não constituem um quinto da população israelense? Porque os judeus não poderiam constituir menos do que um décimo da população palestina? É estranho que tal idéia não tenha ocorrido aos historiadores revisionistas.

No entanto, o arrazoado do RH não é absurdo. O tipo de nacionalismo descrito é realmente xenófobo, as leis mencionadas são efetivamente discriminatórias, a opressão das minorias não foi de maneira alguma inventada, o belicismo, o expansionismo, a intolerância e o desrespeito por acordos e tratados não poderiam ser mais reais. Há um único problema em tal argumentação: o legítimo destinatário de tais críticas não é Israel, mas as ditaduras do Oriente Médio que renovam diariamente seu compromisso sagrado com a destruição do estado judeu. A tais regimes se aplica sem a menor ressalva tudo o que o RH tem escrito a respeito de Israel. Nas nações islâmicas não somente a tolerância com relação a religiões e etnias diferentes (os curdos, por exemplo) é próxima a zero, mas a mesma atitude também prevalece face a outras vertentes do islamismo, igualmente discriminadas, perseguidas e eventualmente objeto de práticas de extermínio. Os freqüentes morticínios entre xiitas e sunitas, o predomínio ditatorial dos alauitas na Síria e a fanática interpretação wahabita do Corão imposta ao povo saudita constituem evidências insofismáveis.

O revisionismo fez seu *début* em relação ao Holocausto e agora se estende lenta mas sistematicamente à história do Oriente Médio. Pretende-se deliberadamente ignorar que os governos árabes violaram de maneira inequívoca as determinações da ONU em 1947, raiz de todo o problema, e Israel é apresentado como país que de maneira contumaz desobedece as resoluções internacionais. Omite-se, porém, que as mesmas refletem, a partir da década de 70, as alianças celebradas pelas ditaduras do terceiro mundo contra o ocidente. Em 1956, 1967 e 1973 a guerra foi desencadeada direta ou indiretamente pelos governos árabes, mas a concepção revisionista passa ao largo de tais detalhes. O terrorismo é transformado em luta de libertação nacional e os homens-bomba são justificados como resposta desesperada à opressão israelense, da mesma forma que as leis anti-semitas do 3º Reich foram incluídas no quadro das medidas de emergência tomadas para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais da Alemanha no período posterior à primeira guerra mundial.

Em grande medida o revisionismo histórico é patrocinado por uma certa esquerda, o que poderia provocar perplexidade. Entretanto, desde o stalinismo sabe-se que os ardentes defensores da justiça social estão sujeitos a imensas contradições e não raro adotam a máxima maquiavélica de que o fim justifica os meios. De que fim se trata no caso da questão árabe-israelense? Do anti-americanismo, evidentemente. Segundo essa ótica, Israel está do lado errado,

ainda mais porque durante a guerra fria a União Soviética tomou o partido árabe. Os revisionistas não desconfiam sequer de que não se trata de uma questão de princípio. Caso contrário, como se explica que justamente o delegado soviético tenha dado o primeiro voto a favor da partilha que criava o Estado de Israel? E que a Tchecoslováquia, então sob a ocupação do exército vermelho, tenha fornecido as armas com as quais a Haganah lutou contra os exércitos invasores e as milícias locais, equipadas com armamento inglês, parte do qual provinha dos arsenais das forças colonialistas? O voto soviético em 1947 também se explica por razões de estado, não por questões de princípio. Stalin estava interessado na pescaria em águas turvas e os países árabes eram, na época, totalmente subordinados aos interesses coloniais. O Israel dos kibutzim poderia ser um elemento perturbador numa região que até então era o quintal do ocidente. Mas para os órfãos da revolução as peripécias da política internacional, fonte de dados perturbadores, devem ser relegadas ao sono eterno dos arquivos.

O anti-americanismo é tudo o que sobrou como guia de pensamento para uma certa esquerda, perplexa com as vicissitudes sócio-econômicas do final do século XX e incapaz de pensá-las. Acabaram-se as guerras de libertação nacional na Ásia, na África e na América Latina. As ditaduras cada vez mais raras coincidem crescentemente com os regimes islâmicos hostis aos Estados Unidos. Nos outros países, a hegemonia do primeiro mundo é exercida através de mecanismos econômicos, situação cuja crítica exige estratégias diferentes, sem o heroísmo da luta armada. A rebelião foi substituída por árduas negociações técnicas e acordos laboriosamente discutidos em ambientes decorados com luxo burguês, habitualmente em cidades do primeiro mundo, de preferência suíças, emolduradas por neves eternas, ou em bairros sofisticados dos países periféricos que em nada se distinguem das estâncias paradisíacas a não ser pela ausência das neves eternas. Requite perverso, atualmente à hegemonia econômica do primeiro mundo convém mais a abertura política do que os regimes tirânicos.

O que fazer? Bem, existe pelo menos um lugar no mundo onde, à custa de omissões, distorções e mutilações intelectuais à moda de Procusto, talvez a cartilha obsoleta possa ser adaptada. É preciso manter o clichê a qualquer custo para que a visão de mundo maniqueísta não desmorone de vez, deixando um imenso vazio. Mesmo que Arafat não seja exatamente Che Guevara ou Mandela, nem a margem ocidental do Jordão ofereça algo comparável à luxuriante vegetação das selvas vietnamitas, nem Khadafi, Assad ou os Aiatolás lembrem sequer de longe Mao e Fidel, a pseudo esquerda tenta travestir o conflito no Oriente Médio em luta de libertação nacional contra o colonialismo capitalista, representado desta vez pela "burguesia internacional judaica". Afinal, o esforço para equiparar Iraque e Vietnã não deu certo, em parte porque Saddam, fora o bigode stalinista, não tem o *physique de rôle* de um herói da esquerda.

Resta Israel e a secular prática de usar o povo judeu como bode expiatório. Se o anti-semitismo serviu ao feudalismo, depois ao despotismo ilustrado e posteriormente aos regimes republicanos ditatoriais da Europa como válvula de escape para regular as tensões sociais, agora, transposto em anti-sionismo, é reciclado pelas tiranias do Oriente Médio para cumprir a mesma função. Por outro lado, a esquerda estilo "bela adormecida" recusa-se a despertar do coma ideológico em que mergulhou e respira em balões de oxigênio o ar viciado de uma concepção de mundo baseada em outra realidade social e econômica. Israel serve a uns e outros por motivos diferentes, embora sempre com a finalidade de justificar a manutenção de certa estrutura social e certa posição ideológica, que se recusam a qualquer transformação.

As ditaduras do Oriente Médio procuram evitar a transformação das sociedades que oprimem. Para mantê-las acorrentadas à casta dominante, quer aristocrática, militar e/ou teocrática, nada melhor do que um inimigo externo, devidamente demonizado. Com relação à esquerda esclerosada, Israel serve de pretexto para satanizar os Estados Unidos. Incapaz de forjar instrumentos conceituais aptos a criticar a globalização e propor alternativas ao capitalismo atual mediante teorização adequada, os auto-denominados defensores da justiça social pretendem purgar sua impotência prática e intelectual através de calúnias que deixam, aqui e ali, as pegadas infames de sua origem preconceituosa.

* A expressão é emprestada de Sérgio Paulo Rouanet e consta do seu corajoso artigo "Os terríveis simplificadores", publicado no Caderno Mais! em 4/01/2004.

[1] Uma caricatura que parodia conhecido quadro de Goya chegou a ser premiada. Nele, Sharon, figurado como Cronos (Saturno), devora uma criança palestina. Outra ilustração famosa apresenta um Cristo palestino crucificado por soldados israelenses.

www.franklingoldgrub.com